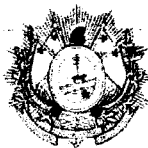


A Subcom. de Legislaç. e
P. de Legislaç. e
P. de Legislaç. e
2. 2012
Presidente



ESTADO DO ACRE

MENSAGEM Nº 173 DE 3 DE fevereiro DE 2012

Senhor Presidente,

Submeto a essa Augusta Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, para fins de apreciação e aprovação, atendidos os dispositivos que disciplinam o processo legislativo, o Projeto de Lei que **“Cria o Programa de Compras Governamentais com Incentivo à Indústria Local.”**

Senhores parlamentares, como já referenciado na mensagem governamental, de 1º de fevereiro do corrente, *a ação do governo é vasta, ampla e diversificada*, e grande parte de seus esforços é voltado para criação de mecanismos e ações que possibilitem o desenvolvimento do mercado interno local/regional.

O Programa de Compras Governamentais vem com instrumento que convergem medidas no âmbito das licitações públicas estaduais como incentivo à indústria local e instalação de novas indústrias, possibilitando a deflagração de processos licitatórios voltados, exclusivamente, para empresas que sejam sediadas no território do Estado do Acre.

O programa é claro e legítimo, vem como se coaduna com outros mecanismos de incentivo criados pelo governo, a exemplo da Zona de Processamento de Exportação – ZPE, e, visa, principalmente, o fomento e incremento da atividade industrial no Estado do Acre, fomentando a atividade produtiva nos mais diversificados seguimentos – moveleiro, florestal, e outros já existentes na região, bem como criando condições favoráveis à instalação de novas indústrias. Isso tem consequência direta, a curto e médio prazo, no aumento da oferta de empregos e aquecimento do mercado consumidor em geral.



ESTADO DO ACRE

MENSAGEM Nº 173 DE 3 DE fevereiro DE 2012

Assim, senhores parlamentares, o governo do Acre, ao mesmo tempo em que incentiva a produção industrial local, permitindo o crescimento das aqui já existentes e instalação de outras indústrias, por outro lado, viabiliza os meios de escoamento ao mercado consumidor, sendo o programa em questão estratégico para engrenagem de todo o mecanismo de desenvolvimento industrial planejado e posto em operação para o Estado do Acre.

Cientes de que ao submeter o Projeto à apreciação dessa Egrégia Casa, estamos certos de que este Egrégio Parlamento saberá reconhecer o grau de prioridade à sua aprovação, principalmente, considerando seu papel estratégico na organização dos serviços administrativos do Estado do Acre.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita de Tião Viana, com uma traçada inicial distintiva.

Tião Viana

Governador do Estado do Acre



ESTADO DO ACRE

PROJETO DE LEI Nº 8 DE DE DE 2012

Cria o Programa de Compras Governamentais com Incentivo a Indústria Local.

O GOVERNADOR DO ESTADO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado no âmbito do Estado do Acre o Programa de Compras Governamentais com Incentivo a Indústria Local.

Art. 2º São objetivos do Programa de Compras Governamentais com Incentivo a Indústria Local:

- I - reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- II - elevar a produtividade da indústria local, associando crescimento econômico, desenvolvimento humano e conservação dos recursos ambientais;
- III - garantir um padrão mínimo de escoamento da produção agrícola familiar;
- IV - ampliar a emancipação econômica das comunidades locais pela sua integração ao processo de desenvolvimento.

Art. 3º Para o cumprimento do disposto nesta Lei a Administração Pública poderá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à aquisição de produtos fabricados por indústrias instaladas no Estado do Acre.

§ 1º Na hipótese de aplicação do disposto no **caput**, fica vedada a aceitabilidade da proposta cujos valores excedam em 10% (dez por cento) o valor orçado pela Administração para a licitação.

§ 2º A Administração, na elaboração de seus orçamentos para os fins de aplicação do **caput**, deverá incluir em suas pesquisas de preço os valores dos produtos oriundos de indústrias instaladas fora do Estado do Acre, exceto no caso de produtos cuja fabricação ocorra exclusivamente no mercado interno.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

Rio Branco-Acre, de de 2012, 124º da República, 110º do Tratado de Petrópolis e 51º do Estado do Acre.

Tião Viana
Governador do Estado do Acre